

CICLO DE DEBATES JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE
MINAS GERAIS**

14 E 15 DE SETEMBRO DE 2015

PAINEL 5

- **PERSPECTIVAS E POSSÍVEIS
SOLUÇÕES PARA O EXCESSO
DE DEMANDAS JUDICIAIS NA
ÁREA DA SAÚDE**

- **MARTIN SCHULZE
DESEMBARGADOR NO TJ/RS**

FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE DO CNJ

- COMITÊ EXECUTIVO NACIONAL
- COMITÊS EXECUTIVOS ESTADUAIS
UM EM CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO

COMPOSIÇÃO
SISTEMA DE JUSTIÇA E SISTEMA DE SAÚDE

REPORTAGEM NACIONAL

JANEIRO 2015

- MÁFIA DAS PRÓTESES
- VANTAGENS PARA MÉDICOS
- DEFERIMENTO DE LIMINARES

REALIZAÇÃO DE ENCONTRO – ESTRUTURA E DIAGNÓSTICO DA SAÚDE NO ESTADO DO RS EM MAIO DE 2011 NA ESCOLA DA AJURIS

- PROCURADORIA
GERAL DO ESTADO/RS
APRESENTA ESTUDO
DO DR. JOÃO BIEHL
COM DIAGNÓSTICO DA
JUDICIALIZAÇÃO DA
SAÚDE NO RS
- PLANOS DE SAÚDE
DENUNCIAM A MÁFIA
DAS PRÓTESES

DIAGNÓSTICO

- **NACIONAL**
 - 240.000 AÇÕES EM 2010
- **RIO GRANDE DO SUL**
 - 120.000 AÇÕES EM 2010
 - 60.000 CONTRA O ESTADO
 - 60.000 CONTRA OS MUNICÍPIOS
- METADE CONSTAVA DOS PROTOCOLOS
 - METADE FORA DOS PROTOCOLOS

CONSTATAÇÃO DOS NÚMEROS

- ESTUDO EM 2008 RESULTANTE DE CONVÊNIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RS COM A UNIVERSIDADE DE PRINCETON EUA – DR JOÃO BIEHL – RECURSOS DA FUNDAÇÃO FORD
- PUBLICAÇÃO DOS DADOS QUANDO DO PRIMEIRO SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO COMITÊ DO RS NA ESCOLA DA AJURIS EM MAIO 2011 EM PORTO ALEGRE.
- CONFIRMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS EM PALESTRA DO DR. JOÃO BIEHL EM SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO CNJ EM JUNHO DE 2013 EM BRASÍLIA

DESTAQUES DA APRESENTAÇÃO DO DR. WEBSTER – FED.UNIMED/RS

"FABRICANTES DE ÓRTESES PREMIAM MÉDICOS"

"Médicos recebem, sim, comissão por implante de órteses e próteses. A prática não abrange todos os médicos, mas parece corriqueira em algumas especialidades, como cirurgia cardiovascular, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia."

Ele acredita que esse seja o motivo de alguns médicos preferirem utilizar próteses importadas a nacionais. "É uma grande mentira falar que o material nacional não presta", afirma.

"Alguns materiais reaprovados em países da primeira mundo são despejados aqui. Verdadeira sucata", denuncia. "A coisa saiu da esfera ética para a policial".

Fonte: Jornal da Associação Médica de MG abril/maio/2008.

Para 11 - Arquivo SBN

ESPECIAL

Fabricantes de órteses premiam médicos



Um ortopedista de referência no Estado de São Paulo, Dr. Webster, afirma que a prática de receber comissão por implante de próteses é corriqueira em algumas especialidades, como cirurgia cardiovascular, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia. Ele acredita que esse seja o motivo de alguns médicos preferirem utilizar próteses importadas a nacionais. "É uma grande mentira falar que o material nacional não presta", afirma. "Alguns materiais reaprovados em países da primeira mundo são despejados aqui. Verdadeira sucata", denuncia. "A coisa saiu da esfera ética para a policial".

Fonte: Jornal da Associação Médica de MG abril/maio/2008.

Cremer investiga uso excessivo de próteses

Investigação revela que muitos médicos recebem comissão por implante de próteses.

Um estudo realizado pelo Dr. Cremer, ortopedista, revela que muitos médicos recebem comissão por implante de próteses. O estudo foi realizado em um hospital de referência no Estado de São Paulo. O Dr. Cremer afirma que a prática é corriqueira em algumas especialidades, como cirurgia cardiovascular, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia. Ele acredita que esse seja o motivo de alguns médicos preferirem utilizar próteses importadas a nacionais. "É uma grande mentira falar que o material nacional não presta", afirma. "Alguns materiais reaprovados em países da primeira mundo são despejados aqui. Verdadeira sucata", denuncia. "A coisa saiu da esfera ética para a policial".

Fonte: Jornal da Associação Médica de MG abril/maio/2008.

"Ontem, especialistas confirmaram a existência da prática que viria se disseminando no Estado há uma década. A cada cirurgia, médicos participantes do esquema receberiam em torno de 30% e comissão sobre o valor da prótese implantada. O custo médio dos equipamentos varia entre R\$ 5 mil a R\$ 30 mil."

"O paciente é um coitado nesta história".

Importado?

Um artigo publicado no Jornal da Associação Médica de MG, abril/maio/2008, discute a prática de receber comissão por implante de próteses. O artigo afirma que a prática é corriqueira em algumas especialidades, como cirurgia cardiovascular, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia. Ele acredita que esse seja o motivo de alguns médicos preferirem utilizar próteses importadas a nacionais. "É uma grande mentira falar que o material nacional não presta", afirma. "Alguns materiais reaprovados em países da primeira mundo são despejados aqui. Verdadeira sucata", denuncia. "A coisa saiu da esfera ética para a policial".

Fonte: Jornal da Associação Médica de MG abril/maio/2008.

João Matheus: "Esse é um assunto nebuloso porque existe uma grande gama de colegas que se beneficiam desse mercado desregulado e levam dinheiro dos fabricantes por fora. Infelizmente essa é nossa realidade"

Revista da SBOT - 2005

Uma das causas dos baixos honorários

Investigação revela que muitos médicos recebem comissão por implante de próteses.

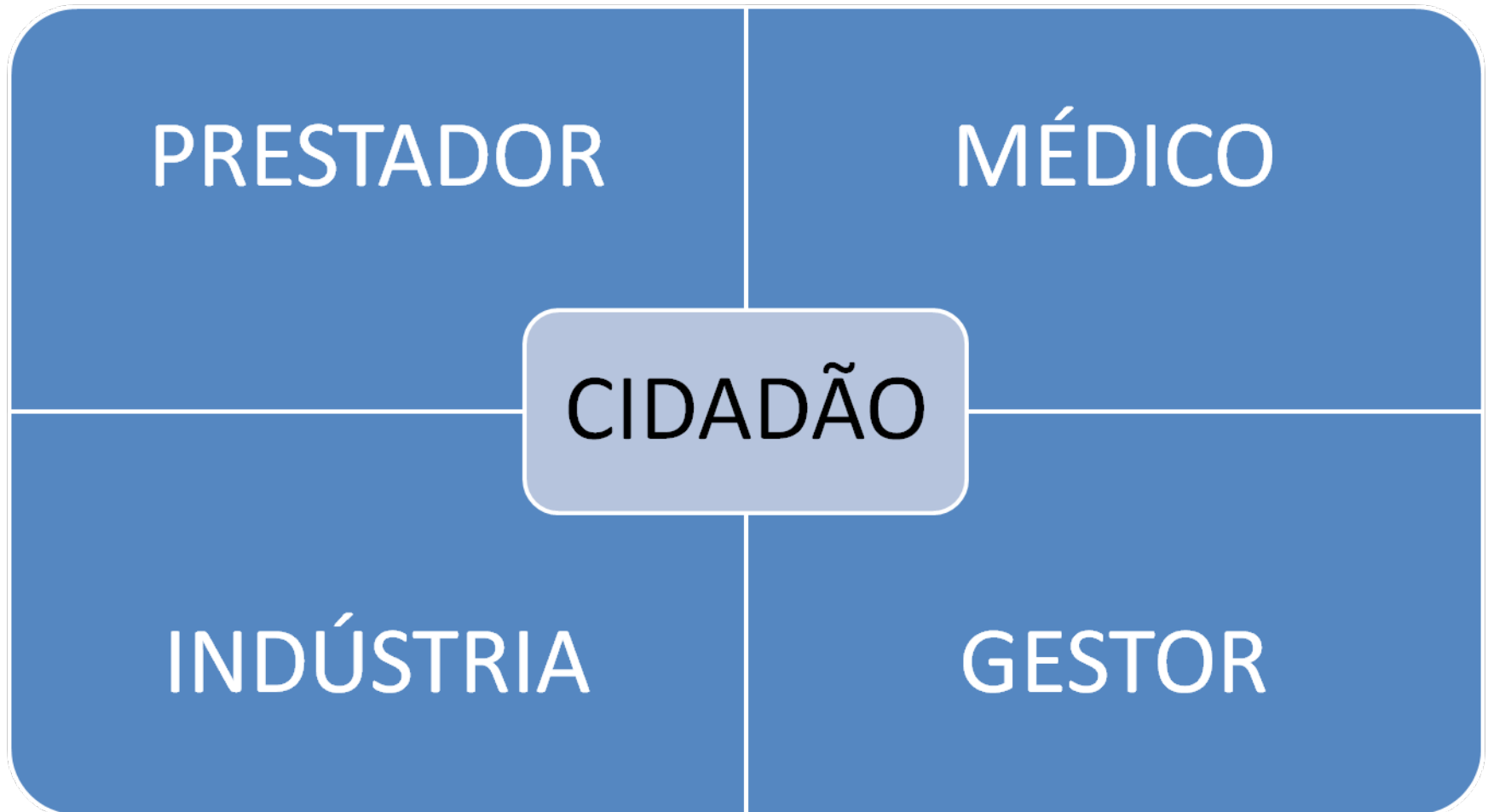
Um estudo realizado pelo Dr. Cremer, ortopedista, revela que muitos médicos recebem comissão por implante de próteses. O estudo foi realizado em um hospital de referência no Estado de São Paulo. O Dr. Cremer afirma que a prática é corriqueira em algumas especialidades, como cirurgia cardiovascular, cirurgia plástica, neurocirurgia, oftalmologia e ortopedia. Ele acredita que esse seja o motivo de alguns médicos preferirem utilizar próteses importadas a nacionais. "É uma grande mentira falar que o material nacional não presta", afirma. "Alguns materiais reaprovados em países da primeira mundo são despejados aqui. Verdadeira sucata", denuncia. "A coisa saiu da esfera ética para a policial".

Fonte: Jornal da Associação Médica de MG abril/maio/2008.

"...E todos os dias em meu consultório chegam pacientes com indicações de implante de próteses feitas por outros médicos (muito conceituados na sociedade leiga). Para a maioria desses pacientes, bastaria a remoção do fragmento extruso (a hérnia) e pronto".

"...Mas qual seria o 'interesse' de alguns médicos em implantar próteses, então?...Pelo menos uma firma conhecida que fornece essas próteses a alguns ortopedistas e neurocirurgiões, que as colocam em seus pacientes conveniados, paga em torno de 30% (do valor cobrado ao convênio pela prótese). DIRETAMENTE ao cirurgião em dinheiro, sem recibo ou nota. As firmas superfaturam, cobram do convênio e repassam 30% ao médico".

MERCADO/REGULAÇÃO/ DIREITOS HUMANOS/JUDICIÁRIO



AVANÇOS

- AÇÃO DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO SISTÊMICOS COM FOCO NA SAÚDE VISANDO A REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

- CARTILHA EM:

pgsistemicos.blogspot.com

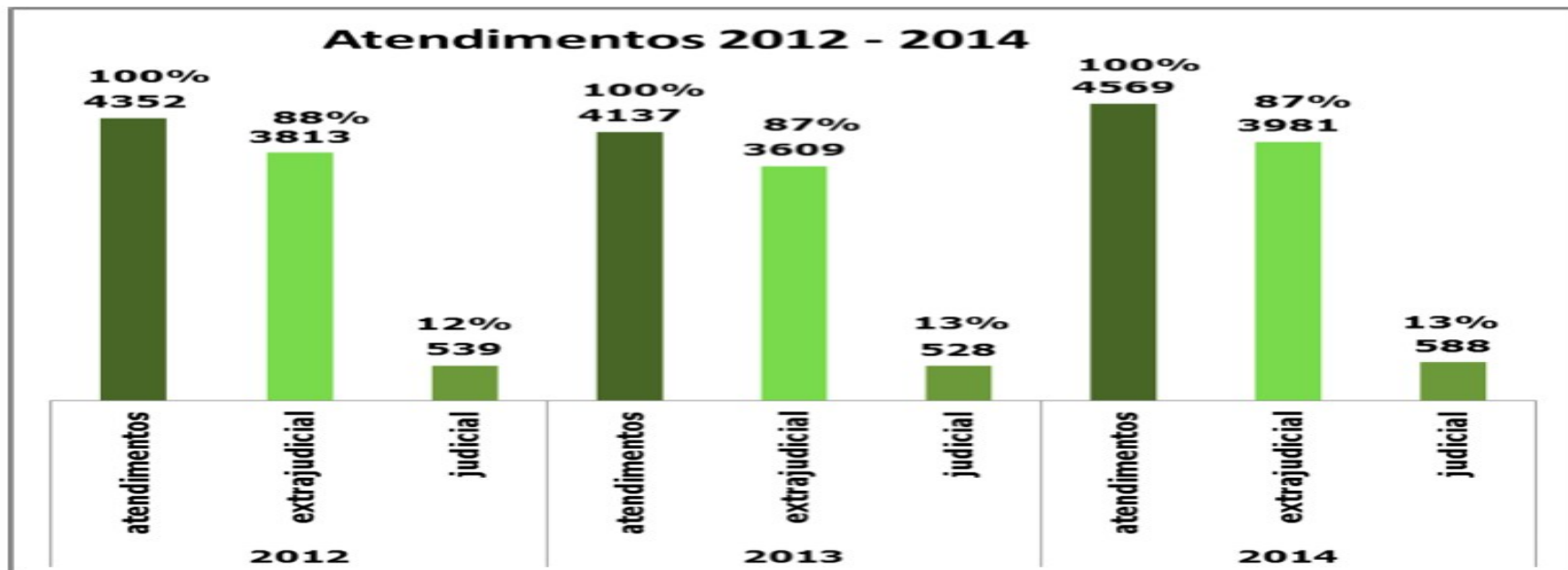
Planejamento e Gestão Sistêmicos (PGS)

EFETIVIDADE
SUSTENTABILIDADE
PAZ
Externa e Interna



ALGUNS RESULTADOS:

RIO GRANDE DO SUL - Ação de Planejamento e de Gestão Sistêmicos (PGS)



fonte: Case III- Porto Alegre – Ações da **Defensoria Pública** do Estado do Rio Grande do Sul na área da Saúde,
constante da **Cartilha da Ação de Planejamento e de Gestão Sistêmicos** –
disponível: pgsistemicos.blogspot.com

REPORTAGEM NACIONAL

DEMANDA JUNTO AOS PLANOS

MESMO MÉDICO X PEDIDO

RESTRIÇÃO NA PRÓPRIA REDE



DEMANDA ATRAVÉS DA DEFENSORIA PÚBLICA

EXIGÊNCIA DE REQUISITOS

AUSÊNCIA DE INTERESSE



DEMANDA ATRAVÉS DE ADVOGADO PARTICULAR

MESMO MÉDICO X PEDIDO

TJ/RS + PGE/RS = FRAUDE

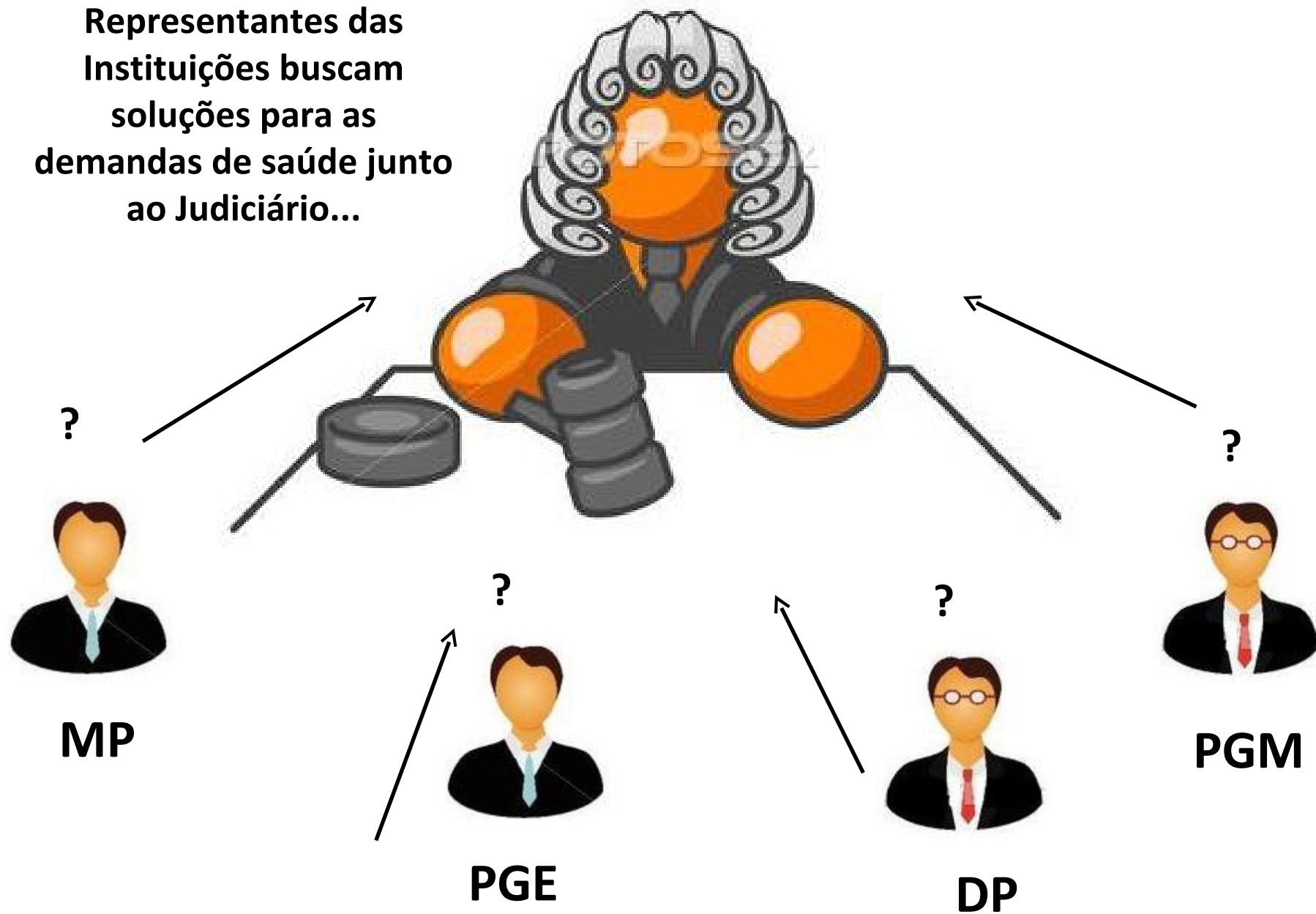
RESULTADO DA CPI

- PROJETO DE LEI – DISCIPLINA A CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM DEMANDAS JUDICIAIS QUE ENVOLVAM O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E DISPOSITIVOS MEDICOS
- Art. 2º A petição será instruída com os seguintes documentos:
- I – especificação das características do produto, conforme regulamentado pelo órgão médico competente e respectivo registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- II – relatório médico, do qual constem:
 - a) descrição da doença, incluindo a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID);
 - b) justificativa clínica da indicação dispositivo médico implantável e do procedimento indicado;
 - c) fundamento da urgência, de acordo com práticas cientificamente reconhecidas.

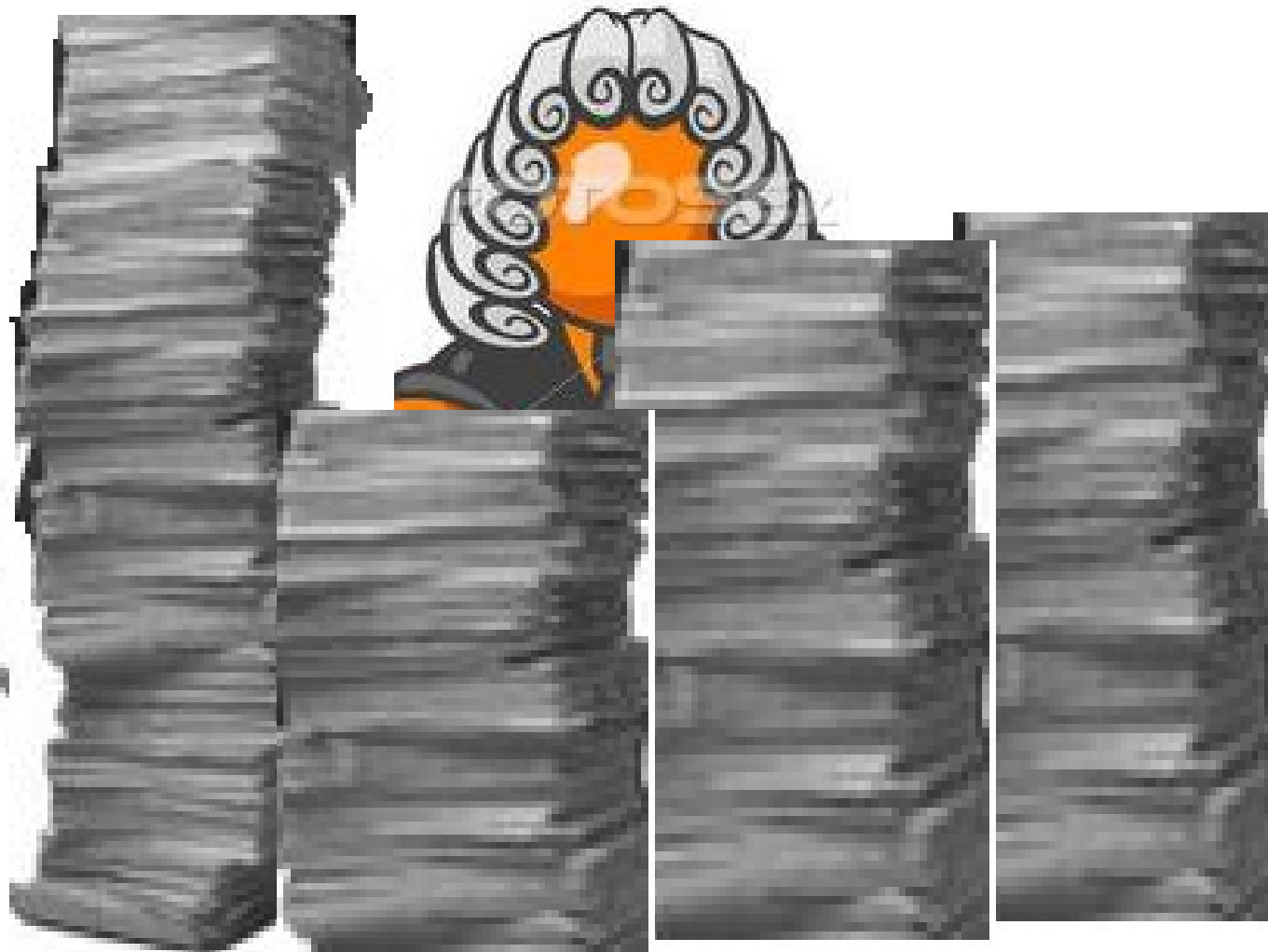
Antes da Judicialização da Saúde...



**Representantes das
Instituições buscam
soluções para as
demandas de saúde junto
ao Judiciário...**



Com a Judicialização da Saúde...





NOVA VISÃO DO CNJ
MAGISTRADO PRO-ATIVO



Mapa Estratégico do Poder Judiciário

Missão: Realizar Justiça

Visão de Futuro:

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social

Atributos de Valor para a Sociedade

- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade

Credibilidade

Sociedade

Processos Internos

Recursos

Eficiência Operacional

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

- Tecnologia
- Alocação de Pessoas
- Otimização de Rotinas

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

- Economicidade
- Gestão Ambiental

Acesso ao Sistema de Justiça

Facilitar o acesso à Justiça

- Capilaridade
- Democratização do Acesso

Promover a efetividade no cumprimento das decisões

- Execução das Decisões

Responsabilidade Social

Promover a cidadania

- Inclusão Social e Desenvolvimento
- Conscientização de Direitos, Deveres e Valores

Alinhamento e Integração

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

- Desdobramento da Estratégia
- Continuidade das Ações

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional e internacional)

- Conhecimentos e Práticas Jurídicas e Administrativas

Atuação Institucional

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições

- Prevenção de Litígios Judiciais
- Parcerias/Convênios
- Solução Coletiva de Demandas

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

- Unidades do Judiciário
- Universidades
- Organizações

Aprimorar a comunicação com públicos externos

- Papel e Iniciativas do Judiciário
- Informações Processuais e Administrativas
- Transparência e Linguagem Clara

Gestão de Pessoas

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores

- Gestão e Execução da Estratégia
- Gestão Administrativa
- Gestão de Projetos

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia

- Comunicação Interna
- Cultura orientada a Resultados
- Qualidade de Vida/Clima Organizacional

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

- Segurança Física Institucional
- Segurança das Pessoas

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

- Suporte à Estratégia
- Segurança da Informação

Orçamento

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia

Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça

Missão: Contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da Sociedade.

Sociedade

Visão de Futuro:
Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário

Credibilidade

Atributos de Valor para a Sociedade

- Agilidade
- Ética
- Imparcialidade
- Probidade
- Transparência

Processos Internos

Fiscalização e Correição

Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário

Prevenir e corrigir devios de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário

- Fiscalização
- Inquérito
- Comissão
- Auditoria

Alinhamento e Integração

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

- Desdobramento da Estratégia
- Carta/Matriz das Ações
- Gestão da Estratégia

Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário

- Gestão da Informação

Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ

Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais

- Certificação e práticas jurídicas e administrativas
- Iniciativas de Sucesso

Atuação Institucional

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições

- Semanas
- Provimentos
- Acervo
- Inscução

Aprimorar a comunicação com públicos externos

- Perfil e ações do Judiciário
- Dados processuais e administrativos
- Transparência / Acesso
- Qualidade

Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

- Unidades do Judiciário
- Universidades, Faculdades e Centros de Pesquisas
- Organizações (OAB, MP, DE, AGU e Associações de Classe)
- Instituto Social e Desempenhamento
- Correlação de Diretrizes, Deveres e Valores

Eficiência Operacional

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

- Tecnologia
- Alocação de Pessoas
- Otimização de Processos

Buscar e excelência na gestão de custos operacionais

- Eficiência
- Responsabilidade ambiental

Recursos

Gestão de Pessoas

Desenvolver competências, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores

- Gestão e Execução da Estratégia
- Gestão Administrativa
- Gestão de Projetos

Motivar e comprometer Conselheiros, Magistrados e Servidores com a execução da Estratégia

- Comunicação Interna
- Cultura organizacional e Resultados
- Qualidade de Vida/Clima Organizacional

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a infraestrutura adequada às suas atividades

- Segurança Física da Informação
- Segurança das pessoas

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

- Superar a Estratégia
- Segurança da Informação

Orçamento

Alocar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia

- Gestão Orçamentária

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

**FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS
PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES :**

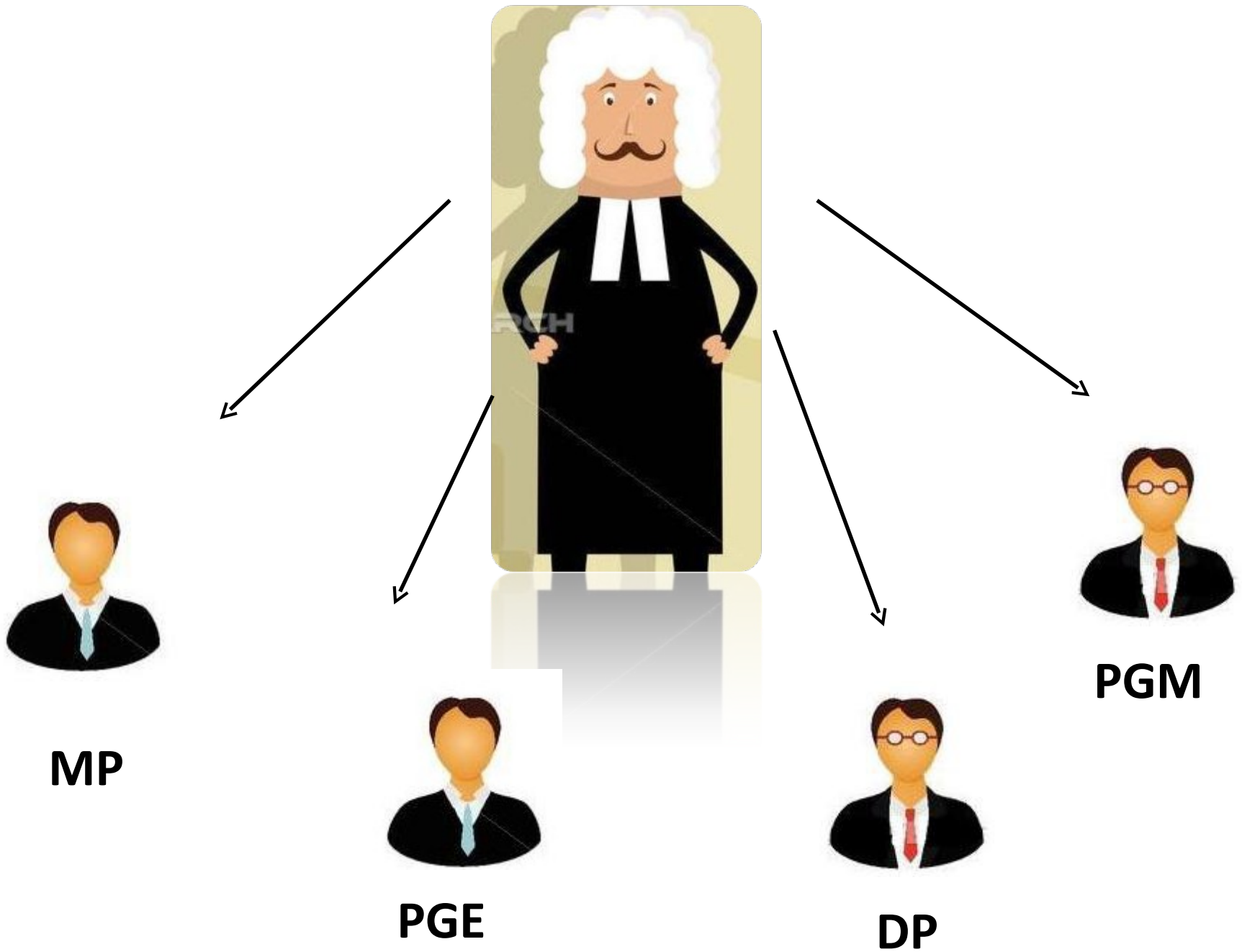
**PREVENÇÃO DE LITÍGIOS JUDICIAIS
PARCERIAS E CONVENIOS
SOLUÇÃO COLETIVA DE DEMANDAS**

APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS EXTERNOS

**PROMOVER A CIDADANIA E DISSEMINAR VALORES ÉTICOS
POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA**

AVANÇOS

- A CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO TJ/RS INCLUIU NO PROGRAMA DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PAINEL SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, ATINGINDO:
- 500 MAGISTRADOS DE PRIMEIRO GRAU;
- ASSESSORES DE MAGISTRADOS:
 - 200 DE PRIMEIRO GRAU
 - 40 DE SEGUNDO GRAU
- TODOS SERVIDORES POR EAD + COMUNIDADE VIRTUAL
- MESA REDONDA – DESEMBARGADORES E JUIZES
- WORKSHOPS INTERINSTITUCIONAIS NAS COMARCAS COM DEMANDA DESTACADA EM COOPERAÇÃO COM A FAMURS



SISTEMA DE SAÚDE

**GESTORES DE SAÚDE
PÚBLICA**

**GESTORES DA
MEDICINA
SUPLEMENTAR**

PRESTADORES

MÉDICOS

FARMACÊUTICOS

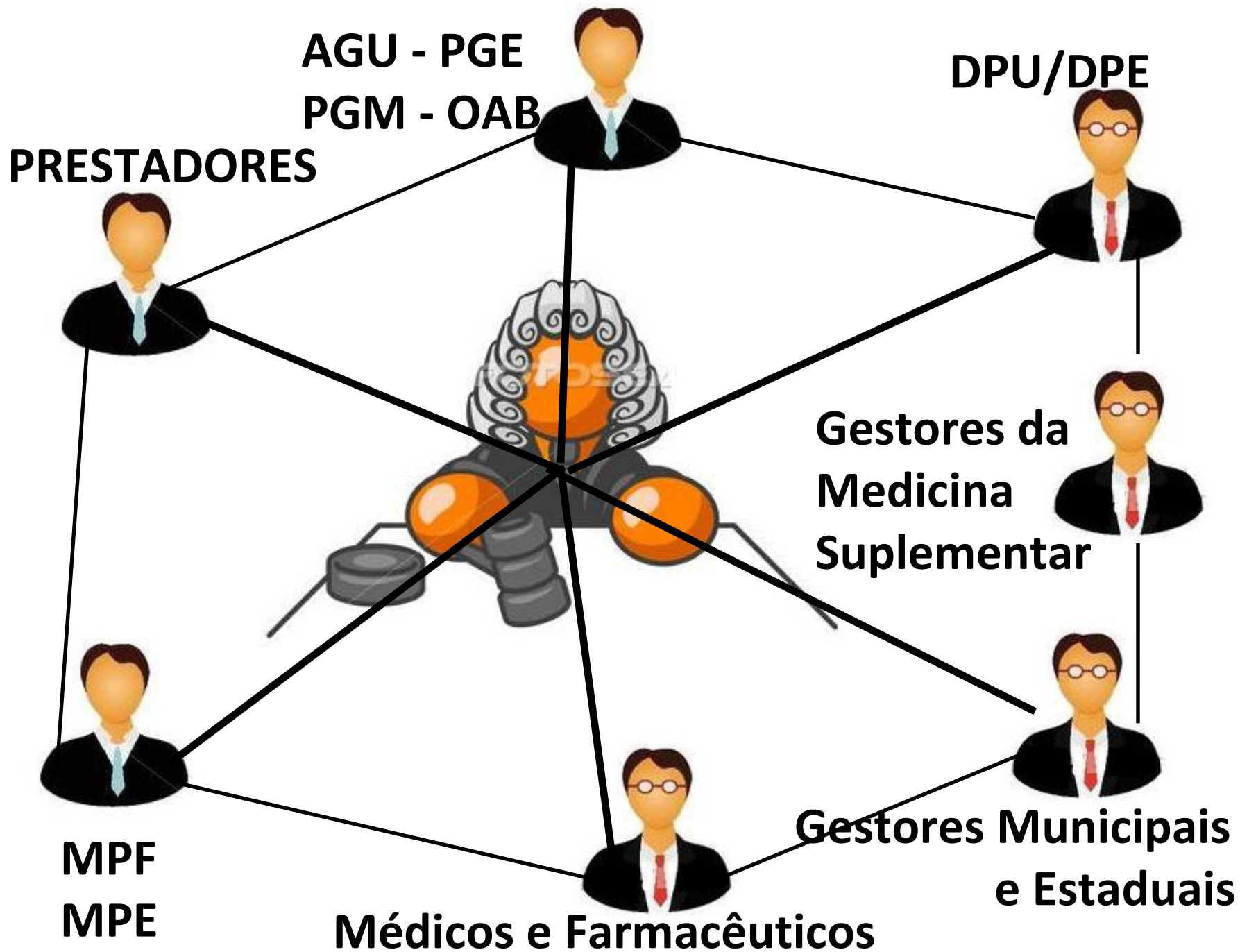
SISTEMA DE JUSTIÇA

**PODER JUDICIÁRIO
FEDERAL E ESTADUAL**

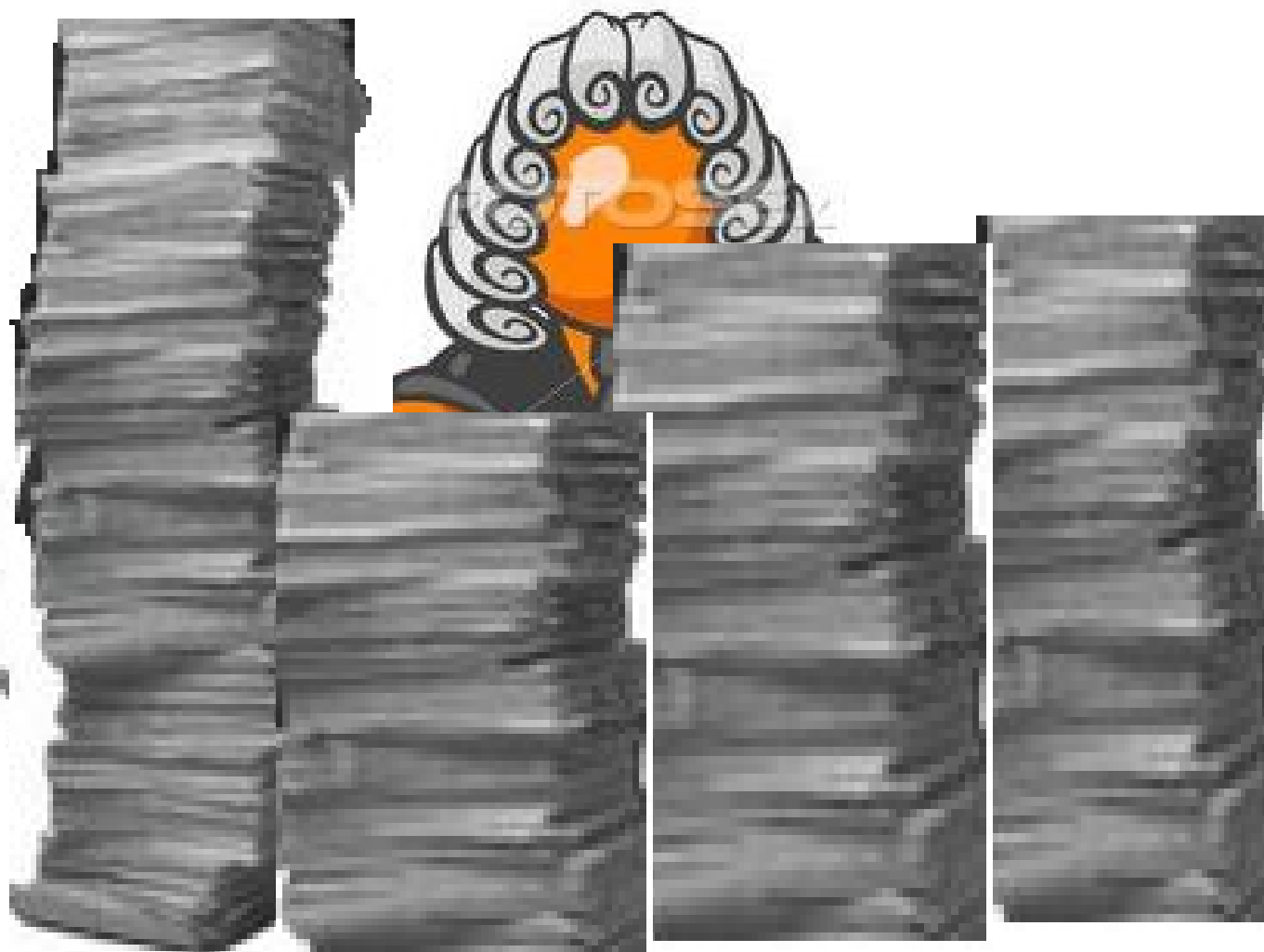
**MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL E ESTADUAL**

**DEFENSORIA PÚBLICA
UNIÃO E ESTADO**

**PROCURADORIAS
AGU – PGE - PGM
ADVOCACIA**



QUAL O EFEITO ESPERADO COM A ATUAÇÃO DO COMITÊ?



ATUAÇÃO EFICIENTE DO COMITÊ
=
REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO
SEM RESTRINGIR O ATENDIMENTO
DE SAÚDE À POPULAÇÃO



MUITO OBRIGADO.

MARTIN SCHULZE

DESEMBARGADOR,
ATUA NA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS,
COORDENADOR DO COMITE EXECUTIVO DO ESTADO DO RS DO
FORUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE DO CNJ.

CONTATOS

FONE: 51 32106422

EMAIL: mschulze@tj.rs.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES *nos seguintes endereços eletrônicos:*

Email: pgsblog@gmail.com

Arquivos: pgsistemas.blogspot.com